

*“Memoriais para Audiência Pública sobre “Regulamentação da unificação das atribuições cíveis e criminais nos órgãos de execução do Ministério Público brasileiro responsáveis pela tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural”*

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza, Presidente da Comissão Temporária do Meio Ambiente, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A ABRAMPA, Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, por seu representante legal infrafirmado, vem à presença de Vossa Excelência, em audiência pública, manifestar-se favoravelmente à expedição de recomendação aos Ministérios Públicos para que, ao definirem as atribuições dos órgãos de execução responsáveis pela tutela do meio ambiente e do patrimônio cultural concentrem no mesmo órgão de execução as atribuições cíveis e criminais, por entendermos que essa definição é a que atende ao princípio do Promotor Natural e demais normas legais, pelas seguintes razões:

01 – Enquanto legislação penal especial, a lei nº9.605/1998 demanda tratamento doutrinário e jurisprudencial próprio, como assim orienta seu art.79, impondo aplicação das demais normas penais e processuais penais sempre subsidiariamente;

02 – Em seu art.27 a lei nº9.605/1998, afirma expressamente que *...a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, prevista no art.76 da Lei nº9.099, de 26 de setembro de 1995, somente poderá ser formulada desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental...*. Logo, ao erigir a composição civil do dano ambiental como *conditio sine qua non* para a celebração da transação penal, a lei privilegia a reparação do dano e a solução consensual do conflito na sua totalidade eis que, pela principiologia de tratamento processual dos crimes de menor potencial ofensivo esses atos precisam ocorrer simultaneamente;

03 – Assim também, o art.28 da mesma lei, ao condicionar a extinção da punibilidade, após período de suspensão condicional do processo, à existência de laudo de reparação do dano ambiental, e permitir que prorrogações desse prazo cheguem até 14 (quatorze) anos no total, até que demonstrado o esgotamento das medidas reparatorias, privilegia a



reparação do dano ambiental. Lembramos que na lei nº9.605/1998 só existem 03 (três) tipos penais que, na sua previsão fundamental, tem pena mínima superior a 01 (um) ano;

04 – Por isso, entendemos estar posto na própria lei de crimes ambientais que o tratamento das medidas cíveis e criminais está a cargo do mesmo órgão de execução, pois não há outra forma de assegurar os princípios do Direito Ambiental Penal e até os direitos do acusado, senão mantendo no membro com atribuições cíveis as correspondentes atribuições criminais.

05 – Lembramos que esse posicionamento de unificação consta de documentos como a Carta da Floresta Nacional Ipanema (anterior à lei); da Carta Ambiental de Roraima de abril de 1998, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça, CNPG, e da Carta de Vitória de novembro de 1999, dos coordenadores de centros de apoio de meio ambiente;

06 – Por fim, e seguindo o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal de que a afronta ao princípio do Promotor Natural tem natureza infraconstitucional, logo, trata-se de matéria de lei federal, e que cabe aos Ministérios Públicos por iniciativa de seus Procuradores Gerais regulamentar atribuições dos órgãos de execução, pedimos vênias para sugerir que essa regulamentação ocorra através de recomendação desse Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília, 06 de julho de 2017,

***Luís Fernando Cabral Barreto Junior,***  
***Presidente da ABRAMPA.***

